

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL DURANTE A ERA VARGAS: OS POLÍTICOS, OS INTELLECTUAIS E O FUTEBOL

CONSTRUCTION OF NATIONAL IDENTITY DURING THE ERA VARGAS: POLITICIANS, THE INTELLECTUAL AND SOCCER

**Kelen Katia Prates Silva¹ e
Carlos Eduardo Souza de Carvalho**
kelenkatia@hotmail.com

Resumo:

Neste trabalho são evidenciadas as contribuições políticas e intelectuais na construção da identidade nacional durante a Era Vargas. A formação da identidade nacional brasileira conta com a colaboração dos intelectuais e da imprensa, além do Estado que se esforça na elaboração do Brasil autêntico, singular, longe dos padrões europeus. Os intelectuais agiram como mediadores na criação da identidade e da memória nacional, o Estado teve papel ativo neste processo recorrendo a aspectos da cultura popular, como por exemplo, o rádio, o futebol e o samba, para criar o sentimento de unidade nacional. É durante os anos 1930 que o Estado volta suas atenções para a prática esportiva que havia ganhado as massas. O futebol passa, então, a ser visto como símbolo do nacionalismo brasileiro, elemento que reafirma a brasilidade.

Palavras-chave: Identidade nacional; Políticos-intelectuais; Futebol.

Abstract:

This work highlighted the political and intellectual contributions in the construction of national identity during the Vargas Era. The formation of the Brazilian national identity has the contribution of intellectuals and the press, in addition to state that strives in the preparation of authentic Brazil, singular, far from European standards. Intellectuals acted as mediators in the creation of identity and national memory, the state played an active role in this process using aspects of popular culture, such as the radio, football and samba, to create the feeling of national unity. It is during the 1930s that the state turns its attention to sports practice that had gained the masses. Football goes then to be seen as a symbol of Brazilian nationalism, element reaffirming the Brazilianness.

¹ Trabalho de Iniciação Científica – VIC orientado pelo prof. Dr. Carlos Eduardo Souza de Carvalho, professor do Curso de História, Universidade Federal de Mato Grosso.

Keywords: National identity; Politicians- intellectual; Soccer.

A construção do nacionalismo no Brasil envolve as contribuições políticas, o movimento dos intelectuais e da imprensa, buscando estabelecer uma unidade nacional. Os anos 1930 foram sem dúvida o momento de explosão do nacionalismo, tanto na política quanto no próprio futebol. No cenário político este movimento foi impulsionado pelo governo de Getúlio Vargas e no futebol os símbolos nacionalistas se fortalecem após a profissionalização deste esporte, em 1933, tendo seu ápice na Copa de 1938. Os movimentos de construção da nação partiram do Rio de Janeiro e abrangeram todo o Brasil.

O nacionalismo não nasce no Brasil, ele tem suas origens na França revolucionária. Em fins do século XVIII a França era um país multirracial, com múltiplas línguas, no qual só a menor parte da população falava o francês padrão. Este não era um problema político urgente na visão dos reis, contudo os revolucionários de 1789 acreditaram que não se poderia criar uma comunidade democrática sem misturar os povos e torna-los uma massa nacional. Para homogeneizar a população francesa foram criados ambiciosos programas educacionais com objetivo de erradicar as diferenças regionais, principalmente na linguagem. Estes programas educacionais buscavam a criação de uma comunidade nacional coesa e unida.

Podemos definir nacionalismo com base no dicionário das Ciências Sociais:

“Como consciência de grupo, nacionalismo implica uma coesão, um senso de unidade ou comunidade que identifica o indivíduo como um Estado político existente, ou com uma aspiração ao mesmo. Neste sentido, tem sido equiparado a um estado de espírito, um sentimento, a simpatias comuns, ou a certas afinidades predominantes entre grupos humanos.”²

Ao definir nacionalismo devemos diferencia-lo de identidade nacional, esta se refere, segundo Giacon, a uma forma discursiva e está associada ao resultado do pensamento intelectual e político:

A identidade nacional antes de estar associada a uma atitude, a uma preferência, a um momento histórico, a uma raça ou até mesmo a confluência alguns fatores que faz com que um grupo de pessoas adote um mesmo território, onde possam viver e desenvolver-se, a identidade nacional é uma forma discursiva produzida em determinado contexto histórico. Se considerarmos que a identidade é um discurso,

² Dicionário das Ciências Sociais, 2ª Edição. Editora: Fundação Getúlio Vargas, 1987. p.802.

sua definição passa, então, a estar associada ao fruto do pensamento intelectual e político de cada época da história dessa comunidade.³

A identidade nacional é criada/forjada em diversos momentos da história, sua definição depende de visões políticas que vigoram em determinados momentos e da visão que temos de nós e do outro. É importante evidenciar que conforme o conceito de identidade nacional descrito por Giacom, esta é sempre um produto discursivo dos grupos dominantes, para sermos específicos da elite intelectual e política. Podemos concluir que a identidade nacional sofre constantes processos de construção e reconstrução durante a história. Há momentos específicos no qual este tema ganha maior importância política ou maior inquietação intelectual. Fábio Tadeu Vighy Hanna assim como Octavio Ianni, elegem três períodos históricos que este termo ganha destaque na elite de intelectuais brasileiros, sendo eles: a independência; a abolição e Proclamação da República; e a Revolução de 1930⁴.

Stuart Hall⁵ (2003) ao citar Benedict Anderson (1989) argumenta que as identidades nacionais não estão naturalmente ligadas a questões da origem do indivíduo, mas são construídas e modificadas de acordo com a representação da cultura nacional da qual este sujeito participa e se sente participante.

Assim, estabelece-se a necessidade de análise das culturas nacionais não sob o pressuposto de unicidade, mas como um “dispositivo discursivo” que apresenta a diferença “como unidade ou identidade”. De acordo com Renato Ortiz⁶ “Toda identidade se define em relação a algo que lhe é exterior, ela é uma diferença [...] Porém a identidade possui outra dimensão, que é interna. Dizer que somos diferentes não basta, é necessário mostrar em que nos identificamos”. Não existe nada que nos torne iguais, a homogeneização é algo

³ GIACON, E. M. (novembro de 2011). Discussões sobre o conceito de identidade. AVE PALAVRA, p. 1.

⁴ Octavio Ianni (1992) aponta dois períodos, além da Independência, em que o “[...] Brasil foi pensado de modo particularmente abrangente”: na Abolição e proclamação da República, e na Revolução de 30. Segundo ele, na passagem do império para a República, o debate sobre “questões sociais” como a forma de governo mais adequada para o país (monarquia ou república) e o abolicionismo estava colocado pelo menos duas décadas antes dos acontecimentos propriamente ditos. Neste período circulavam também entre os intelectuais as ideias positivistas e evolucionistas. Neste caldeirão de efervescência política e cultural – e a partir dele – é que atuam personagens como Joaquim Nabuco, Clóvis Beviláqua, Rui Barbosa, Machado de Assis, Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Tobias Barreto e outros. Especialmente no final do século, a República e a Abolição da escravidão colocaram desafios ao reordenamento político e social [...] Mais do que nunca a literatura torna-se instrumento de ação política, o meio de difundir os ideais laicos, progressistas e liberais, função social que exerce abertamente, rompendo com o que restava de Romantismo subjetivista, lírico e idealizado, que deveria ser substituído pela retórica da ciência, ou pela dos salões literários e políticos (Madeira, Veloso, 1999: 77). Mais uma vez o movimento concomitante entre renovação política e cultural, com finalidade última criar a nação brasileira, está presente na elite intelectual. Este ideal não deixará de existir no início do XX, marcado, mais uma vez, pela discussão da questão nacional.

⁵ HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

⁶ ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 5ª Ed., 9ª reimpressão 2006.

construído, portanto, a identidade nacional é uma comunidade imaginária, uma representação, um discurso.

Contudo não é irreal, o sentimento de pertencer a esta comunidade imaginária nos faz agir, por várias vezes, em coletivo. Partindo da discussão teórica, abordamos neste trabalho a construção da identidade nacional como um elemento discursivo associado a criação da comunidade imaginária que gera no indivíduo o sentimento de consciência de grupo, isto é, o nacionalismo.

No Brasil, o Estado foi um dos grandes responsáveis pela formulação da identidade nacional, tendo como aliado os grandes intelectuais que desenvolveram propostas nacionalistas que unissem o povo. O movimento intelectual defendeu os interesses da elite governamental, seu discurso destacou a singularidade brasileira, sendo esta individualidade responsável por constituir a nação.

O movimento modernista da década de 1920 permitiu que o nacionalismo gerasse novas imagens do Brasil, isso se deu pela substituição da noção de raça por cultura e a valorização da miscigenação do povo brasileiro. O Brasil é novamente pensado pela elite intelectual, tudo que se julgava impedimento para a modernidade passa a ser exorcizado. O popular, conforme afirma Fábio Tadeu Vighy Hanna⁷, passa a ser a medida das coisas e a mestiçagem perde seu estigma, ganhando ares de positividade. O sonho de um Brasil moderno ganha novo conteúdo, embora com os “mesmos” construtores⁸: a elite intelectual brasileira.

O Estado teve seu papel como ativo neste processo de construção da identidade recorrendo a aspectos da cultura popular, como por exemplo, o rádio, o futebol e o samba, para criar o sentimento de unidade nacional. O movimento de construção da identidade nacional passa pela criação de símbolos nacionais, algo que comprove/fortaleça a existência de um Estado. Uma nação deve apresentar um conjunto de elementos simbólicos e materiais: uma história, que estabelece uma continuidade com os ancestrais mais antigos; uma série de heróis, modelos das virtudes nacionais; uma língua; monumentos culturais; um folclore; lugares importantes e uma paisagem típica; representações oficiais, como hino, bandeira,

⁷ HANNA, Fábio Tadeu Vighy, Caio Padro Jr. E Oliveira Vianna: Interpretações do Brasil e Projetos Políticos para a modernização brasileira. AKRÓPOLIS – Revista de ciências Humanas da UNIPAR.

⁸ Mônica Pimenta Velloso afirma que “A relação dos intelectuais com o sistema de poder tem sido extremamente imbricada e complexa, uma vez que, ao longo da história, eles frequentemente se atribuíram a função de agentes da consciência e do discurso”. (VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural no Estado Novo. In: O Brasil Republicano 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. 146-179).

escudo; identificações pitorescas, como costumes, especialidades culinárias, animais e árvores-símbolo⁹.

Os intelectuais sempre estiveram presentes nos momentos de crise e de mudanças ao longo da história interferindo no processo de organização nacional. Esse grupo, conhecido como elite intelectual brasileira se julgavam mais aptos para conhecer o Brasil. Eles detinham o senso de missão ou dever social, se auto elegendo detentores do discernimento nacional. Conforme narra Monica Pimenta Velloso:

[...] o intelectual é caracterizado pelo estigma da diferença. Fabricante de ilusões ou consciência de nacionalidade, ele foge ao padrão do homem comum. Assim, o intelectual é sempre designado para o exercício de alguma função e/ou missão especial que varia de acordo com a conjuntura histórica.¹⁰

Os intelectuais do século XIX e XX agiram como mediadores na criação da identidade e memória nacional. No movimento de constituição da nacionalidade brasileira a literatura teve um papel fundamental. As obras literárias deste período apresentam elementos que realçam a nacionalidade, como por exemplo: a língua, a mestiçagem, o jeito de ser brasileiro. As produções intelectuais do século XX apresentam diferentes discursos sobre a identidade nacional e sobre seu processo de formação partindo de vários pressupostos, isso caracteriza as tensões e debates da primeira metade do século XX a respeito da construção da identidade e memória do Brasil. Segundo as discussões de Cury (2002)¹¹, a grande dificuldade na invenção das tradições no caso da nação brasileira é que não se encaixava nos modelos clássicos europeus, filiados ao pensamento liberal – iluminista.

É neste contexto histórico que são formuladas pela primeira vez, no regime republicano, as políticas culturais na ótica de preservação e criação do nosso patrimônio histórico. Há um processo de incorporação de valores culturais populares nos símbolos nacionais por parte dos grupos hegemônicos. Ao destacarmos a participação dos intelectuais com o projeto invenção do Brasil devemos nos atentar para a propaganda política e a educação no governo Vargas, em especial do Estado Novo. Os intelectuais, ao apresentarem-se como o grupo mais lúcido da sociedade buscava “educar” o povo. Englobando essa “educação” da coletividade reconhecemos como estratégia de atuação Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

⁹ THIESSE. Anne-Marie. La création des identités nationales. Europe XVIIIe - XXe siècle. Paris: Editions du Seuil, 1999, p. 14.

¹⁰ VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: Brasil Republicano 2. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: 2013, p. 153.

¹¹ CURY, Cláudia Engler. C949p Políticas culturais no Brasil: subsídios para lembrar construções de brasilidade / Cláudia Engler Cury. – Campinas, SP: [s.n.], 2002.

Em 1937, por meio constitucional a imprensa passa a ser subordinada ao poder público, acredita-se que com essa subordinação o Estado iria garantir a comunicação direta entre governo e sociedade sem a necessidade de “intermediários nocivos ao progresso”. No projeto educativo proposto pelo Estado Novo, o Estado aparece como único interlocutor legítimo para falar com e pela sociedade. Fica claro então, o empenho do governo no sentido de utilizar as manifestações da cultura popular como canal de disseminação da ideologia oficial. Comenta Velloso:

No Estado Novo a questão da cultura popular, a busca das raízes da brasilidade ganha outra dimensão. O Estado mostra-se mais preocupado em converter a cultura em instrumento de doutrinação do que propriamente de pesquisa e reflexão.¹²

Durante a Era Vargas foram criados diferentes instrumentos de educação coletiva com intuito de promover o ensino de bons hábitos. O indivíduo no novo Estado Nacional passa a ser “educado” pelo rádio, cinema, esporte, música popular. A cultura popular é usada para singularizar o Brasil, um aspecto relevante no projeto cultural estado-novista é a reconceituação do popular e a exaltação do sentido positivo de popular. De acordo com Velloso:

Nessa reconceituação do popular há um elemento novo: a positividade. De modo geral, o nosso pensamento político vinha localizando no povo as raízes da problemática nacional e do nosso descompasso. Assim, as origens raciais, o caráter inato era ideais recorrentes, através das quais as elites procuravam justificar a defasagem do Brasil em relação aos centros hegemônicos europeus. Essa visão ideológica começaria a ser reformulada no fim da década de 1910, mais precisamente em 1918. A tese da saúde pública, apontando a doença e o analfabetismo como fatores responsáveis pelo atraso, viria então isentar a figura do jeca-tatu dos males do Brasil.¹³

Nesta conjuntura histórica o que se pretendia era a descoberta de um Brasil autêntico, longe do padrão europeu que predominava no período imperial, buscava-se a brasilidade¹⁴, rompendo com o passado de dependência política e cultural. No governo de Getúlio Vargas cria-se um movimento capaz de colocar o Brasil nos trilhos, conforme acreditavam os indivíduos que compartilhavam dos ideais de Vargas.

Na década de 1930 os intelectuais brasileiros lançam olhares para o Estado, identificando-o como representação superior da ideia de nação. O Estado passa então a ser atribuído com a ideia de ordem, organização, unidade, sendo o centro da nacionalidade

¹² VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: Brasil Republicano 2. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: 2013 p. 172.

¹³ VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: Brasil Republicano 2. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: 2013 p. 173.

¹⁴ Brasilidade: S.f. Sentimento de amor ao Brasil. Minidicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 1ª edição, 9ª impressão. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

brasileira. E a sociedade, pelos olhares intelectuais, é um corpo fragmentado e conflituoso. Sendo assim, os intelectuais são o cérebro capaz de fazer funcionar de forma correta e harmônica o organismo social. Se até então o nacionalismo era uma preocupação das elites intelectuais, agora ele (nacionalismo) passa a ser também uma tarefa do Estado. Nota-se então uma união entre as elites intelectuais das mais diversas correntes de pensamento e as elites políticas. Vargas argumentava que somente a partir da década de 1930 é que teria sido operada a “simbiose necessária entre homens de pensamento e de ação”¹⁵.

O ponto notável nesta simbiose entre pensamento e ação pode ser caracterizado com fusão entre cultura e política. Além de pensar o Brasil os intelectuais passam a fazer parte do processo de formação deste Brasil ocupando cargos-chave na burocracia do Estado. Nomes como Lúcio Costa (Arquiteto indicado para direção da Escola Nacional de Belas Artes, em 1930) passam a integrar o governo, podemos citar também Manuel Bandeira (Convidado em 1931 para presidir o Salão de Belas Artes).

No século XX o Estado e os intelectuais de várias correntes teórico-ideológico lançam-se na busca do Brasil. Durante as ações do projeto de invenção da nação os discursos, interpretações e a própria imagem de identidade e memória nacional tem seus rumos ditados pelos intelectuais. Ao longo da Era Vargas são criados símbolos nacionais que concentram a cultura popular. O samba e o futebol são vistos como símbolos de nacionalidade e se tornam ferramentas de divulgação do ideal de unidade nacional. Contudo há quem qualifica os símbolos nacionais criados pelos homens de ação e pensamento – políticos e intelectuais, como ferramenta de alienação e de não representação da cultura popular. Tomamos como exemplo o futebol que era defendido por muitos e igualmente criticado.

Os grupos das elites urbanas brasileira do século XIX procuravam aproximar-se o máximo possível dos padrões e práticas europeias, ansiosas por fazerem parte da sociedade moderna, as classes urbanas brasileiras adotaram orgulhosamente um novo tipo de vida, portando-se como se estivessem usando um valioso brasão, vistosamente desenhado pelos britânicos decorado com ornamentos ingleses¹⁶. E o futebol, claro, nos seus anos iniciais foi praticado à modo inglês.

¹⁵ VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: Brasil Republicano 2. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: 2013 p. 178.

¹⁶ GRAHAM, R. Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil: 1850-1914. São Paulo: Brasiliense, 1973.

O futebol sofre o declínio de sua elitização somente nos anos 1930, conseqüentemente aderindo o profissionalismo, antes disso ele é praticado pela elite. Na trajetória inicial do futebol no Brasil dificilmente o esporte teria a chance de ser popularizado, pois, os ingleses faziam parte da elite carioca e/ou paulista, além disso, é necessário considerar também que os materiais usados no jogo eram em sua maioria importados, o que tornava o jogo uma atividade esportiva para a alta sociedade inglesa – residente no Brasil e para a os brasileiros ricos.

No fim do século XIX e início do XX há um movimento de “chegada da bola” em vários locais do país, o futebol ganha alguns adeptos, entretanto, nem sempre estes tinham condições para sua prática. A dificuldade para praticar o esporte não estava apenas nas cidades ditas secundárias no Brasil, no Rio de Janeiro havia poucas partidas. Apesar da pouca familiaridade com o esporte, o futebol já avançara bastante no país. Em São Paulo, desde o primeiro jogo promovido por Miller, em 1895, já haviam se formado cinco clubes: São Paulo Athletic, Associação Athletica Mackenzie College, Aport Club Germania, Sport Club Internacional e Club Athletico Paulistano. Em 19 e 20 de outubro de 1901 acontecem as primeiras partidas interestaduais, entre São Paulo e Rio de Janeiro. Este acontecimento marcaria o aparecimento de clubes dedicados especificamente ao esporte¹⁷.

A partir do movimento de criação de clubes o futebol “caí nos pés do povo”, deixando de ser um mero divertimento de ingleses e seus descendentes. Os seguidores sem colarinho e gravata propuseram formar sua própria equipe e fundar seus próprios clubes, por vários caminhos o futebol “caí na graça do povo”, se tornando uma prática popular. Passa a ser cada vez mais comum o futebol de várzea, no subúrbio e até nas fabricas, rompendo as barreiras geográficas e sociais.

Devemos evidenciar que este processo de elevação das práticas culturais a símbolos nacionais aconteceu ao longo do governo de Getúlio Vargas. O futebol havia se tornado a maior paixão entre as camadas populares, e antes de sua regulamentação, em abril de 1941, ele sofre várias interferências do Estado. O maior interesse de Getúlio no esporte era a

¹⁷ CALDAS, Waldenyr. Pontapé inicial: Memória do futebol brasileiro. São Paulo: Ibrasa, 1990.

influência que o futebol tinha sobre as massas, a popularidade do esporte se apresentava como um novo meio para propagar a ideologia oficial. Segundo Drumond (2009, p. 234)¹⁸

O esporte atuaria então como mais um elo de contato entre o governo e as massas. Atuando junto ao sentimento nacional, ele projetaria uma imagem de sucesso internacional da “raça” pátria. O sucesso da Copa de 1938 fez o governo enxergar os fracassos de 1932, 1934 e 1936 e perceber o potencial simbólico a ser aproveitado.

Getúlio Vargas fez uso do futebol com ferramenta de propagação de ideais políticos entre as massas. Podemos notar que a imprensa foi um importante veículo de propaganda e controle das massas utilizado por Vargas, e serviu também para popularizar a ideia do Brasil como o “país do futebol”. Na formação da identidade nacional e do nacionalismo durante o governo getulista o futebol é apresentado nos jornais como uma unidade em harmonia, sem conflitos e sendo um esporte coletivo. O esporte das massas torna-se o reflexo da unidade que se buscava no Brasil durante a Era Vargas. O futebol e a política se entrelaçam neste período e a imprensa – controlada pelo Estado – tem o papel de disseminar o “país do futebol” autêntico, singular e com identidade própria.

Considerações finais

O pensamento de que a raiz da nacionalidade estaria no Brasil autêntico impulsiona a valorização da cultura nacional, a cultura das elites sofre um processo de depreciação dando lugar a cultura popular. Durante a Era Vargas ocorre a junção dos homens de pensamento (intelectuais) e os homens de ação (políticos), sendo assim, a nacionalidade passa a ser pensada e desenvolvida pela elite intelectual e política. Entre as várias ações do Governo Vargas, podemos enfatizar as ações políticas no campo cultural. A valorização da cultura brasileira durante o governo de Getúlio criou símbolos nacionais, entre eles, o futebol que se associa a brasilidade. O futebol ganha olhares do Estado por ser um importante mobilizador das massas e uma ferramenta de divulgação dos ideais oficiais da política getulista.

¹⁸ DRUMOND, M. Vargas, Perón e o esporte: propaganda política e a imagem da nação. *Estud. hist.* (Rio J.) vol.22 no.44 Rio de Janeiro July/Dec. 2009